“É urgente materializar o potencial do mar”

20 de Janeiro, 2017

“O setor do mar tem crescido mas bastante pouco”, afirma António Nogueira Leite, ao comentar o mais recente estudo da PwC, noticia esta sexta-feira O Jornal Económico. Tendo em conta os resultados obtidos o ano passado, o presidente do Forum Oceano realça que esta edição não revela resultados diferentes e que apesar de existir, desde meados da década passada, um discurso político muito mais consciente sobre a importância da economia, “o facto é que ainda uma parte pequena da economia do PIB, em Portugal”, reforça.

Recordando que a atual ministra que tutela este setor estabeleceu como meta um crescimento na ordem um crescimento na ordem de 1 ou 1.5 pontos percentuais do PIB até 2020, Nogueira Leite frisa que os valores atuais não excedem os 4% quer em termos do PIB, quer em tempos das exportações.

Nogueira Leite não deixa de evidenciar a diferença de ritmos de crescimento e dinamismo entre os segmentos, dando como exemplos, o turismo náutico, a aquacultura, um subsetor das pescas e da exploração dos recursos piscícolas, ou a crescente movimentação dos portos. Porém, defende, existem alguns segmentos que, apesar de estarem numa situação experimental ou de ainda não terem chegado a Portugal, têm um potencial assinalável, nomeadamente, a energia eólica em *offshore* e a energia das ondas, áreas em que existem vários projetos a evoluir, mas a sua expressão económica ainda é bastante limitada.

Desafiado a analisar o futuro próximo da economia do mar, defendendo existir “uma dissonância muito grande no discurso sobre a economia do mar e a sua real importância”, aponta a urgência em materializar o potencial existente, sob pena de continuarmos apenas a falar nos próximos 10 ou 20 anos, de nunca chegarmos a materializá-lo.

Atualmente, vive-se um período de arranque, no terreno, de agumas atividades mais tradicionais, que entretanto se desenvolveram, obedecendo a uma estratégia pragmática que está em linha com a política do Governo e com a qual Nogueira Leite concorda: “tem essencialmente a ver com a utilização dos portos e das infraestruturas que temos como pilares do desenvolvimento das novas atividades à volta desses focos geográficos. Temos também a criação, mesmo que bastante escassa, de alguns novos mecanismos de financiamento e temos que perceber que as atividades tradicionais são financiadas como o resto da economia. As atividades novas têm de ser financiadas com capital, não devem ser financiadas com base a crédito bancário e aí temos um problema. Existe um fundo azul, desenvolvido por este Governo, mas que é pequeno (10 milhões de euros)”.

Para Nogueira Leite, quer o Governo anterior quer o atual assumiram uma política do mar que genericamente faz sentido. A concentração num elemento de Governo para tratar estritamente desta matéria, em seu entender, ajuda a que

haja mais ação do poder público e apesar de reconhecer que foi feito por exemplo, em termos de burocracia portuária, não deixa de salientar que podemos ir mais longe.

**Foto de Reuters*